

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Interstício do poder entre a arqueologia e a genealogia

Leandro Mendanha e Silva*

Resumo: Há um deslocamento importante na trajetória conceitual de Michel Foucault no que concerne à concepção das relações de poder no início da década de 70. A partir dessa constatação pretende-se nesse artigo apontar o que certos ditos e escritos entre 1970 e 1974 podem nos contar sobre essa mutação. É uma época em que o trabalho do arqueólogo encontra muitas dúvidas que requerem o genealogista para serem mais bem formuladas: Qual o estatuto enigmático do poder que é visível e invisível, presente e escondido e investido em toda parte? Essas, entre outras tantas perguntas sobre as relações de poder são formuladas nesse interstício entre a arqueologia e a genealogia. Em suma, entre 1970 e 1974 Foucault está transitando de uma idéia de poder essencialmente repressivo para uma idéia de poder produtivo.

Palavras-chave: Foucault – poder – repressão.

Abstract: There is an important displacement in Michel Foucault's conceptual path in what concerns the conception of the relationships of power in the beginning of the decade of 70. Considering that verification it is intended in that article to show what we might learn, based on some speeches and writings from 1970 and 1974, about that conceptual change. During that time the archeologist's work finds a lot of doubts that request the genealogist in order to be better formulated: What is the enigmatic statute of the power, that can be either visible or invisible, hidden and present, and invested everywhere? Those among other many questions about the relationships of power are formulated in that interstice between the archeology and the genealogy. In short, in the first half of the 70th decade Foucault is transiting from an idea of power essentially repressive to an idea of productive power.

Keywords: Foucault – power – repression.

*Só muda quem possui alternativas. Eu achei que estava
na hora de mudar e mudei.
Elis Regina*

Ao repisar o solo que já se conhece pode-se revirá-lo para novos conhecimentos ou esclarecer um caminho já percorrido. Quem sabe seja um pouco essa a função do historiador: pisar mais uma vez solos atrás de indícios que esclareçam caminhos efetivos e, assim, demonstrar que existem outros caminhos possíveis. Nessa tarefa contamos com a ajuda de inúmeros pensadores, dentre eles, um ou outro pode nos arrancar da mesmice

* Aluno do mestrado da História do programa de Pós-graduação da História da Universidade de Brasília.

e nos jogar para dentro do vértice inesperado do pensamento. Cabe então àquele que sente o impacto usar e abusar desse pensamento arrebatador e, mesmo que desconfiado de estar indo contra esse próprio pensamento, mostrar como a trajetória desse pensar construiu certos conceitos.

Então, apesar de reticente com a força daquilo que sempre descentra o que parece certo, tenta-se nesse artigo alcançar certos pontos de convergência de um determinado pensamento. Mais especificamente, certas problemáticas que envolvem as relações de poder que circulam os ditos e escritos de Foucault no começo da década de 70 (até, mais ou menos, 1974). Desse recorte temporal pode-se retirar certas preocupações que assolam este pensador no que diz respeito à prisão como instrumento de repressão social. Instituição prisional que Foucault considera o signo da vigilância constante das sociedades contemporâneas. As hipóteses iniciais desse pensador sobre as relações de poder nas sociedades atuais estão muito ligadas à idéia de repressão: a justiça esta sobrecarregada e se, no entanto, foi à polícia que a sobrecarregou; as prisões estão super povoadas e se, no entanto, foi à população que foi super aprisionada. Foucault está extremamente angustiado em saber o que nos ameaça, os controles que nos intimidam, para saber como nos defendermos. Pois aí, em todo esse aparato judiciário, existe um problema que vai além do sistema penal e se relaciona com a “maneira como uma sociedade define o bem e o mal, o permitido e o não permitido, o legal e o ilegal, a maneira como ela exprime todas as infrações e todas transgressões feitas à sua lei” (FOUCAULT, 2003:32).

Nessa procura do saber o que fazer, de saber, Foucault encontra o poder, na verdade redes de poderes. Não que se evitasse antes dessa época falar das relações saber-poder, mesmo porque olhando as obras anteriores vê-se claramente que Foucault estabelecia essas relações nas suas análises históricas. Todavia, essas ligações não estavam bem especificadas, o que é admitido pelo próprio pensador em *A ordem do discurso*. Nesse texto, sua aula inaugural no Collège de France, já no final de 1970, ele expõe os procedimentos de exclusão que pesam sobre os discursos. Interessa-lhe em particular o que diz respeito à separação entre o verdadeiro e o falso, o que se pode interpretar como a relação que as relações de poder estabelecem com a vontade de verdade, com a vontade de saber a verdade. Foucault está atento a esse sistema de exclusão que pesa sobre o discurso, admitindo, porém que,

Nisto não a nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também aquilo que é objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos

ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos nos apoderar (FOUCAULT, 2005:10).

O espantoso é que, nesse momento, 1970, Foucault ao analisar os diversos procedimentos de exclusão do discurso sugere que não se pode explicar o papel positivo e multiplicador dos discursos se não se leva em conta sua função restritiva e coercitiva. No entanto, a partir de 1974, depois das inúmeras problemáticas em que Foucault esbarrará ao tentar analisar as relações de poder, pode-se dizer que essa ‘fórmula’ – que frisa a função restritiva e coercitiva do poder – será inversamente formulada, talvez mesmo reformulada: não se pode explicar o papel restritivo e coercitivo dos discursos se não se leva em conta sua função positiva e produtiva. O que marcará uma mudança de ênfase muito importante nesse pensamento: a trajetória vai do discurso arqueológico para o discurso genealógico.

Vê-se um Foucault interessado, no início da década de 70, no que a civilização rejeita, com seus sistemas de exclusão, de recusa, pois é por meio do que uma cultura suprime ou tenta suprimir, nos diz Foucault, que vemos os seus limites. Como corolário desse enfoque em um poder repressivo (na função da exclusão) nasce uma outra idéia de revolução. A exigência na verdade de uma nova revolução, entendida não como tomada de consciência, mas como teatro que transcende as repressões, por meio de um jogo – lúdico e irônico – que as põe em cena para exibi-las, transformá-las e derrubá-las enquanto sistemas. Há uma recusa – nessa mesma vertigem que transforma a revolução em transgressão da lei e ilegalidade da repressão – ao reformismo entendido como tratamento dos sintomas, o qual apaga as conseqüências e dá permanência ao sistema ao qual se pertence. Também há uma recusa de uma imagem do intelectual como detentor da verdade, pois seu papel não é do orientador, do juiz, visto que as pessoas possuem consciência da opressão, elas sabem quem são seus inimigos. Na verdade é o sistema que não oferece os meios de formular, organizar esse ‘saber’ repreendido. O trabalho de Foucault é o do intelectual que não tem mais a função de consciência e eloqüência, senão a de combater o sistema de poder que barra, interdita, invalida o discurso e saber das massas. E isso, importa ressaltar, se faz a partir de uma análise histórica particular.

Tento pôr em evidência, fundamentando-me em sua constituição e sua formação histórica, sistemas que ainda são os nossos nos dias de hoje, e no interior do qual nos encontramos apanhados. Trata-se no fundo de fazer uma crítica ao nosso tempo, fundamentado em análises retrospectivas (FOUCAULT, 2003:13).

Foucault re-avalia seu trabalho em termos de um movimento pendular entre os discursos (estudadas em *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber*) e as práticas (estudadas em *História da loucura* e *O nascimento da clínica*) – “nessas coisas de algum modo debaixo do dizível” e que “se assentam sobre um discurso” (FOUCAULT, 2003:34). Movimento esse que pretende captar o ponto de revolta (corte da descontinuidade) e mostrá-lo. Porquanto para os novos intelectuais, a teoria não é o que se expressa, se traduz, se aplica em uma prática. A teoria já é uma prática que luta contra o poder, revelando-o e abalando-o lá onde se esconde e se exerce. O objetivo nos diz Foucault, é minar e tomar o poder conjuntamente a todos que lutam contra ele, não é recuar para esclarecê-lo. Uma teoria, nessa perspectiva, não passa de um sistema regional dessa luta. O que se conta é o discurso contra o poder, dos prisioneiros, dos estudantes, dos trabalhadores. Mas o que é o poder, afinal? Pergunta complicada e que posteriormente Foucault considerará infrutífera, porém que naquele momento era importante ser feita, afinal as dificuldades, o “embarço em encontrar as formas de luta adequadas não vêm do fato de ignorarmos ainda o que é o poder?” (FOUCAULT, 2003:43).

Nesse momento o trabalho do arqueólogo encontra muitas dúvidas. Qual é este estatuto enigmático do poder que é visível e invisível, presente e escondido, e investido em toda a parte. Existe uma insuficiência da teoria do Estado de dar conta dele. Quem exerce o poder? Existe uma insuficiência das noções como classe dirigente para explicar sua direção. Onde se exerce? Até onde? Algumas respostas cambiantes são dadas por Foucault: onde há poder, ele se exerce; ninguém é seu titular, contudo, ele se exerce em determinada direção, mesmo que não se saiba certamente quem o tem, sabe-se quem não tem. Nessa formulação o poder é uma posse sem detentor preciso, mas que na generalização da luta não pode ser entendido como totalização na forma de verdade. Ter o poder, afirma Foucault, não é ter *a verdade* (já nessa época há irredutibilidade entre poder e saber). Uma luta generalizada só é possível pelo sistema de poder, suas formas de exercício e aplicação. Somente pode ser levada a cabo em cada sede particular de poder. Em suma, temos aqui ainda uma idéia insuficiente de poder, a qual remete de alguma forma a um centralismo do poder: o poder é contra o que se luta e pelo que se luta ou ainda, o poder é contra o que se luta porque reprime e é pelo que se luta porque é desejado.

Foucault nesses primeiros anos pós *A arqueologia do saber* está enredado nessas perguntas incessantes sobre como analisar as relações de poder, questão primordial no processo de elaboração de uma genealogia. Foucault irá voltar às obras anteriores, como dito acima, com essa preocupação. *As palavras e as coisas*, não passa, nos diz ele, de uma

descrição de tipos de discurso – isola formas normativas e regradas de discurso –, uma análise das transformações dos tipos de discurso. Agora, no entanto, não é uma arqueologia do saber, que baliza e descreve tipos de discurso, que se faz, que se almeja fazer. A pretensão é ver como os discursos se formam historicamente, as realidades históricas em que eles se articulam. Essa proposta é apresentada já no final de *A ordem do discurso*, em que Foucault propõe dois conjuntos para se analisar os discursos. O conjunto ‘crítico’, a arqueologia, põe em prática o princípio da inversão: procura as formas de exclusão, de limitação; procura mostrar como se formaram, para responder a que necessidades; como se modificaram e se deslocaram; que força exerceram, em que medida foram contornados os discursos. De outra parte, o conjunto ‘genealógico’ que põe em prática três outros princípios: como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discurso, qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação.

São duas tarefas complementares que não podem ser inteiramente separáveis, explica Foucault, visto que o que muda de uma para outro é o ponto de ataque, de perspectiva e delimitação. Logo, constata-se que algo mudou e que de agora em diante não se pode separar a arqueologia dos seus desdobramentos genealógicos. Não se pode fazer a história de certos discursos sem explicitar as relações de poder que existem na sociedade na qual este discurso funciona. *O nascimento da clínica* e *a História da Loucura*, de forma anárquica e confusa trataram, avalia Foucault, conjuntamente tanto o problema dos enunciados (saberes enredados em poderes) como o problema das visibilidades (poderes enredados em saberes). Somente, neste momento, entretanto, com todo balizamento arqueológico é que se pode voltar a estas relações de modo menos cego.

Essa inquietação redobrada de Foucault com as relações de poder reflete seu engajamento nos movimentos políticos à época, uma vez que o que caracteriza esses movimentos é a descoberta que as coisas mais cotidianas são políticas. Assim, dentro dessa linha de raciocínio, fazer das coisas mais banais o objeto de uma ação política é fazer política (Dreyfus e Rabinow apontam que o método do genealogista é aquele do compromisso). A partir de toda luta de Foucault contra o sistema penitenciário, esse que priva a liberdade em nome de um objetivo essencial, benefício e reinserção do condenado, mas que a cada vez fracassa, entendemos o quanto suas perguntas passam a ser políticas. Foucault imagina que vivemos em um sistema punitivo, em uma sociedade que é da vigilância geral, sociedade policial do qual a prisão faz parte, porém, aponta, não só os presos: as crianças, alunos, operários, soldados, todos são punidos durante toda sua vida. A prisão é privilegiada na

análise porque, segundo o pensador, ela é o “único lugar onde o poder pode se manifestar em estado nu, nas suas dimensões as mais excessivas, e se justificar como poder moral” (FOUCAULT, 2003:41).

No início dos anos 70 temos um Foucault incomodado com a repressão, a coerção, o poder, com a ideologia, por fim, com aquilo que uma sociedade tem que excluir para funcionar: “através de qual sistema de exclusão, eliminando quem, criando qual divisão, através de que jogo de negação e de rejeição a sociedade pode começar a funcionar?” (FOUCAULT, 2003:135). Todavia, ao se debruçar sobre o sistema carcerário, Foucault começa a perceber, ainda que titubeante, que a prisão, com todos os gastos, a importância, o cuidado que se emprega em mantê-la e administrá-la, as justificativas que se lhe dão, não pode ter somente funções negativas. O problema – deslocamento que se inicia – é descobrir suas funções positivas, qual o papel que a sociedade capitalista faz o sistema penal desempenhar, por qual objetivo, quais são os efeitos do castigo e da exclusão. A pergunta anterior – o que é o poder – é deslocada, pois o interesse é analisar a constituição das relações entre poderes. Não uma teoria geral do poder, ou sua forma de exercício e aplicação, uma vez que não existe o poder, e sim poderes múltiplos: “o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em diferentes níveis da sociedade, em campos e com extensões tão variadas” (FOUCAULT, 1999:19). Enfim, análises regionais das lutas entre poderes, ou seja, o como do poder e não o que ele é.

Essa dimensão positiva das relações entre poderes chegando a primeiro plano permite que Foucault estabeleça relações com algumas questões sob novos ângulos. O poder não é mais visto como propriedade, mas como estratégia que possui efeitos de dominação, efeitos conseguidos não por sua apropriação por alguém (como se ele fosse um objeto de desejo ou um bem), mas por sua disposição, suas manobras, suas táticas, suas técnicas e seus funcionamentos. O poder é entendido em uma rede essa sempre tensa, em atividade, trançada por relações de forças em que o poder é efeito. O poder como efeito do conjunto das posições estratégicas em uma rede. O que permite ao poder possuir uma dimensão que não se resume a sua aplicação como obrigação ou proibição (repressão) aos que ‘não o tem’, pois ele os investe, apóia-se neles, trama com eles e contra eles. Ele é operatório (não é essência) e relação (não é atributo). Não são nas relações Estado e cidadãos ou na fronteira de classes que se pode achá-lo, ele é difuso, não é permanente (no sentido de unívoco). O poder, como relações de força, passa a ser considerado nas suas extremidades, nas terminações cada vez

menos jurídica de seu exercício. Não considerado de dentro, no nível da intenção ou da decisão, contudo do lado das práticas reais e efetivas, na sua exterioridade.

De 1969 até, mais ou menos, 1977, Foucault leva a cabo, até sua extremidade, um pensamento nietzschiano e se situa entre aqueles que de alguma forma também o fizeram (Deleuze, Guattari, etc.). Entretanto, entre 1970 e 1977, não há uma continuidade ininterrupta do encaminhamento de suas análises. Pelo menos até 1973 podemos falar que, apesar de Foucault buscar uma maneira de lidar com as relações entre poderes, ele ainda se vê enredado em certas maneiras insuficientes e tradicionais de encará-las. Estabelecer essa divisão cronológica, no entanto, não deixa de ser um esquema insuficiente, porquanto não se analisa detidamente como as relações de poder podem estar formuladas nos cursos que Foucault deu à época (1971-1975) no Collège de France. Ressalta-se ainda, que em textos sobre o nascimento da medicina que datam 1974 e nas conferências intituladas *A verdade e as formas jurídicas*, do mesmo período, Foucault já elaborara a idéia de um mecanismo disciplinar de poder que aparecerá desenvolvida em *Vigiar e Punir*. Em 1974 as relações de poder já ostentam toda sua dimensão produtiva e por meio da nova perspectiva que esse deslocamento possibilita atenta-se para um cuidado redobrado de Foucault. Acuro esse que vai se mostrar cada vez maior e, após 1977, ainda mais zeloso, em se situar, diante de problemáticas que lhe haviam recebido uma postura algumas vezes até mesmo categórica, de modo mais sutil. Novas relações e complexificações que Foucault irá estabelecer com o desejo, com o reformismo, com o papel do intelectual, com as relações entre poder e saber.

Após essas tentativas de mostrar as descontinuidades do pensamento de Foucault no que concerne às relações de poder no início da década 70, nas quais foram assinaladas as limitações bibliográficas e esquemáticas do próprio artigo faz-se necessário, do mesmo modo, apontar que um estudo das relações de poder em Foucault não deixa de passar pelas relações que esse pensador estabelece entre poder e corpo. Infelizmente, esses desdobramentos não podem ser efetuados aqui, um dos motivos mesmos que o artigo *Nietzsche, a genealogia e a história*, tão importante para se entender o pensamento genealógico de Foucault, não foi trabalhado nesse artigo. Cabe então frisar, mesmo que seja de relance, que as relações de poder em Foucault passam, atravessam, chegam mesmo a constituir o corpo, pois este não pode ser considerado fora de tudo àquilo que o marca, deforma, rabisca e convulsiona: “O corpo é uma realidade bio-política” (FOUCAULT, 1979 apud. MACHADO, 1979:47).

Logo, estabelecer o trajeto de um problema, as relações de poder em Foucault, mesmo que restrito a um curto período – 1970 a 1974 – é uma tarefa complicada que implica toda um plano em que problemáticas conexas aparecem e se implicam. O que torna esse

pensamento sempre ponto a escapar e transformar qualquer análise em infrutífera. Não obstante, por meio do esforço de captar esse pensamento nos seus movimentos, movimenta-se nosso próprio pensamento e nessa vertigem do pensar evocamos o possível. As possibilidades com as quais a história sempre se coopta e nunca se dissocia. As probabilidades de uma causalidade enlaçada com as relações de forças. O fato de que a história se situa na linha do acaso, numa linha de mão dupla entre o passado e o futuro, mas linha que se tenciona pelos combates entre forças no presente.

Referências bibliográficas:

- DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**; trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- MACHADO, Roberto (organização e seleção). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**; trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- _____. **Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975/1976)**; trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Estratégia, poder, saber**. Organização e seleção de textos, Manuel Barros da Motta; trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e Escritos; IV).
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.